

Boletim CENÁRIOS ECONÔMICOS

Março 2026



Previ



Inflação IPCA/INPC

IPCA
mensal

+0,70%
Fev/26

Acumulado
em 12 meses

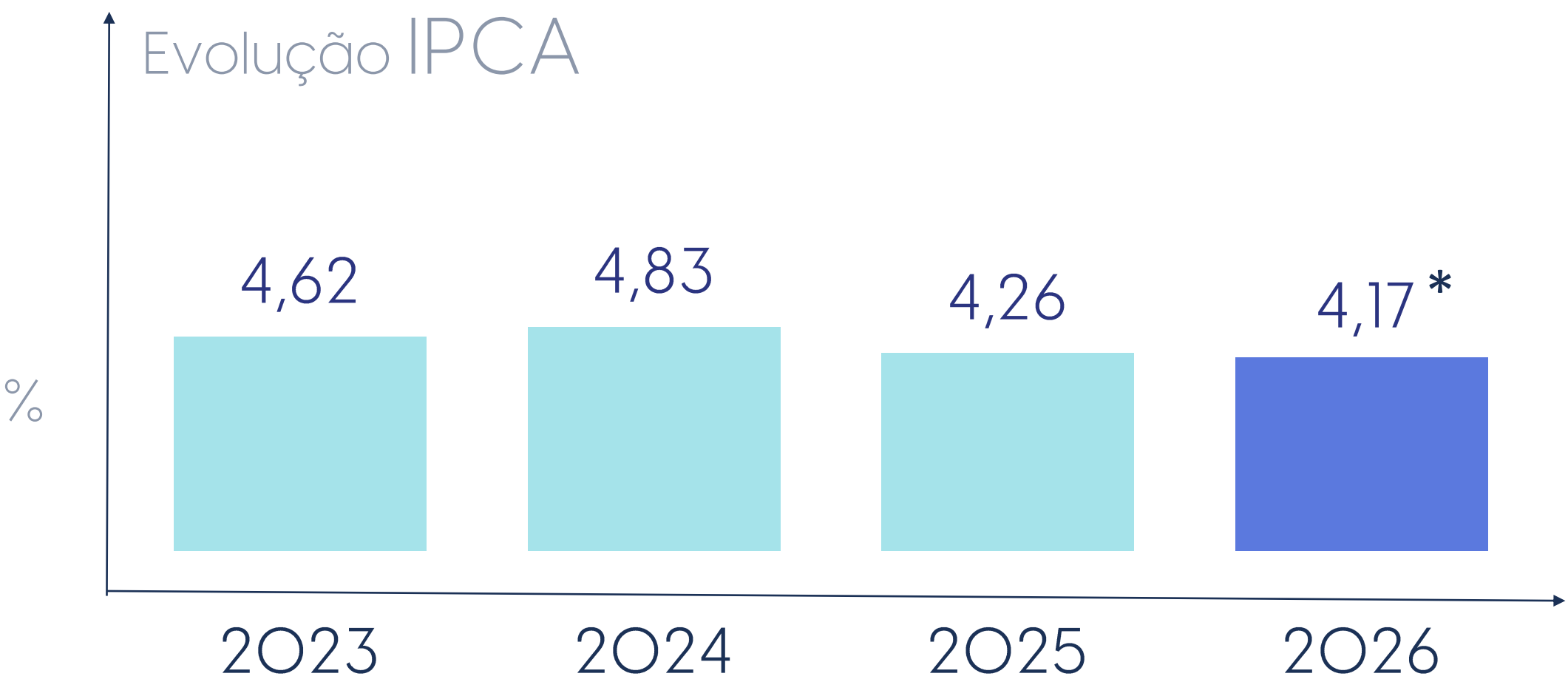
+3,81%

INPC
mensal

+0,56%
Fev/26

Acumulado
em 12 meses

+3,36%



* O valor referente a 2026 é a mediana das expectativas do IPCA fornecida pelas instituições que participam da pesquisa do Banco Central do Brasil (em 20/03/2026).

Fonte: IBGE/Bacen, elaborado pela Previ



MAIOR PESO

na renda das famílias

IPCA 2025 ◀



21,40%

Alimentação
e bebidas

variação de +0,26%

MAIOR VARIAÇÃO

Dos 9 grupos do IPCA

IPCA 2025 ◀



+5,21%

Educação

peso de 6,03%

IPCA

Variação dos itens



Açaí em emulsão

+25,3%



Feijão-carioca

+11,7%



Passagem aérea

+11,4%

Abacate

-24,4%



Laranja-Baia

-12,3%



Limão

-8,8%



Cenário Interno

Inflação - IPCA

O IPCA de fevereiro subiu 0,70%, acelerando em relação a janeiro (0,33%) e ficando levemente acima das expectativas. Em 12 meses, a inflação desacelerou para 3,81%, abaixo dos 4,44% anteriores. Apesar do índice seguir controlado, a difusão aumentou e alguns grupos mantiveram pressões relevantes, especialmente serviços e administrados, que reforçam um processo de desinflação mais lento e gradual.

O maior impacto do mês veio de Educação, que avançou 5,21% devido aos reajustes de início de ano nos cursos regulares, respondendo por cerca de 44% da inflação do período. Transportes também contribuiu significativamente, com alta de 0,74%, puxado pela forte elevação das passagens aéreas (+11,40%) e por aumentos em seguros e serviços de manutenção. Nos combustíveis, houve queda de 0,47%, com recuos na gasolina e no gás veicular, enquanto etanol e diesel subiram.

Outros grupos relevantes mostraram comportamento misto. Saúde e cuidados pessoais cresceu 0,59%, influenciado por higiene pessoal e planos de saúde. Habitação subiu 0,30%, revertendo a queda anterior por causa de reajustes em água e esgoto; energia elétrica avançou 0,33% e gás encanado recuou 1,60%. Já Alimentação e bebidas variou 0,26% e alimentação fora de casa desacelerou para 0,34%.

Os serviços seguem como ponto de atenção, dada sua sensibilidade ao mercado de trabalho e à demanda, enquanto administrados permanecem pressionados por ajustes regulatórios. A inflação ainda está relativamente controlada, mas o cenário mostra maior fragilidade diante de riscos climáticos sobre alimentos, tensões geopolíticas e da forte volatilidade dos combustíveis, atualmente um dos principais riscos altistas para o IPCA. Embora haja iniciativas para suavizar parte desse impacto, a pressão externa permanece elevada, o que pode levar o Banco Central a agir com mais cautela na política monetária.



Cenário Interno

Brasil – Atividade Econômica

O IBGE informou que o PIB brasileiro cresceu 2,3% em 2025, totalizando R\$ 12,7 trilhões. Mesmo sob política monetária contracionista, a economia manteve desempenho positivo, sustentada por setores menos sensíveis aos juros e por ganhos de produtividade. No quarto trimestre, o PIB ficou praticamente estável (+0,1%), refletindo o equilíbrio entre o arrefecimento dos investimentos e o avanço de segmentos específicos, principalmente nos serviços.

Pela ótica da oferta, a agropecuária cresceu 0,5%, enquanto os serviços avançaram 0,8%, impulsionados por informação e comunicação e atividades financeiras. Já a indústria recuou 0,7%, pressionada pela queda na construção e na transformação, apesar do crescimento em eletricidade e gás (+1,5%) e nas indústrias extrativas (+1,1%). Esse contraste revela a continuidade de uma recuperação industrial desigual, mais concentrada em setores ligados à extração de petróleo e gás.

Na ótica da demanda, o consumo do governo cresceu 1,0%, sustentando a atividade, enquanto o consumo das famílias permaneceu estável devido ao crédito caro. A formação bruta de capital fixo (FBCF) caiu 3,5% no trimestre, mas no acumulado do ano cresceu 2,9%, impulsionada pela importação de bens de capital e investimentos tecnológicos. Em 2025, todos os grandes setores registraram alta: agropecuária (+11,7%), indústria (+1,4%) e serviços (+1,8%). O consumo das famílias avançou 1,3%, o do governo 2,1%, e o investimento fechou com taxa de 16,8% do PIB.

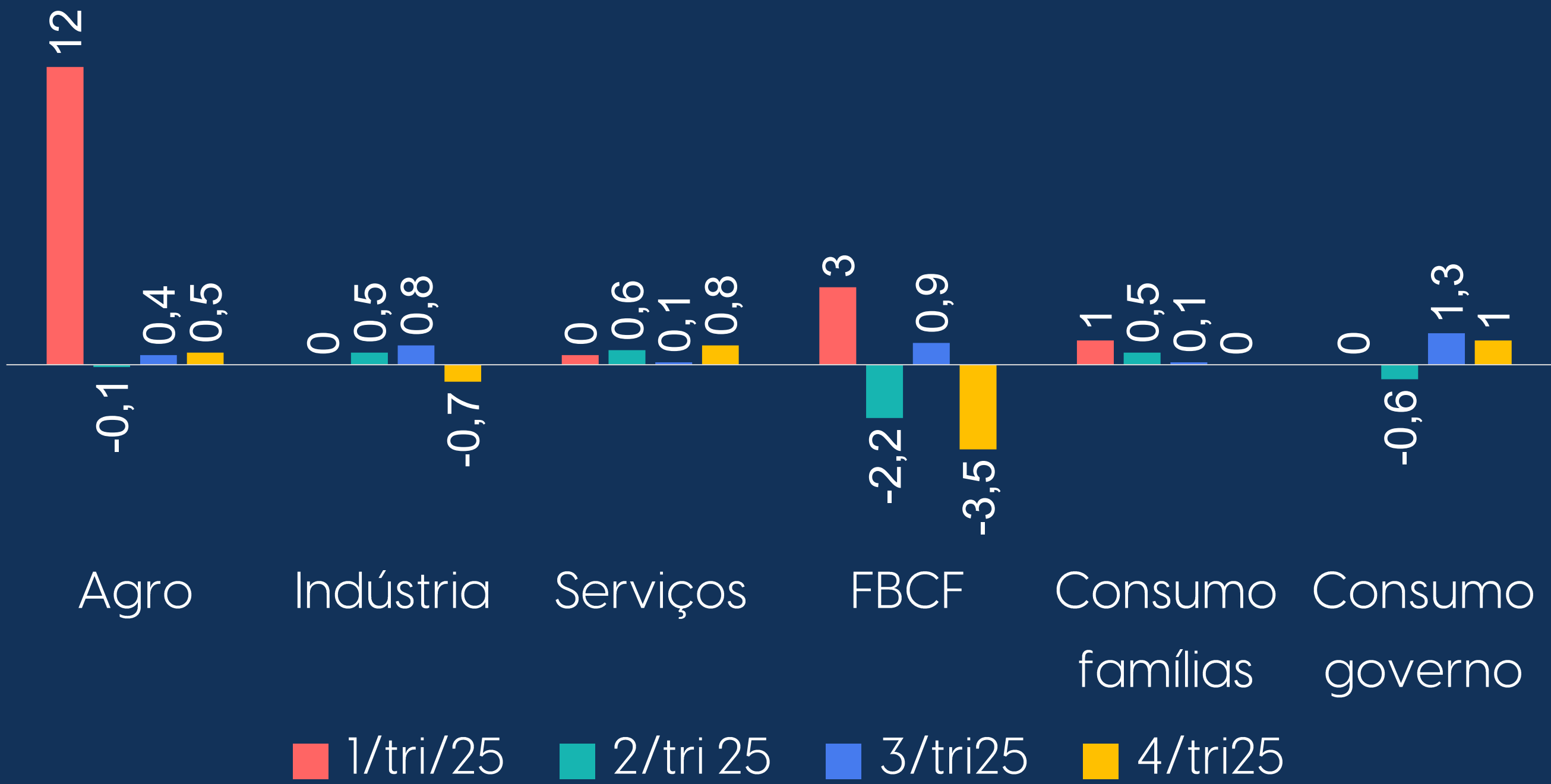
Para 2026, espera-se uma leve desaceleração, com crescimento do PIB apoiado pelo mercado de trabalho aquecido, pela melhora da renda real e por estímulos fiscais e creditícios típicos de ano eleitoral. A reforma do Imposto de Renda deve fortalecer a demanda das famílias de menor renda, podendo acrescentar até 0,6 p.p. ao PIB. Já o agronegócio tende a avançar de forma mais moderada, dado o efeito base elevado de 2025 e risco de condições climáticas menos favoráveis, enquanto os serviços devem continuar liderando o crescimento econômico.



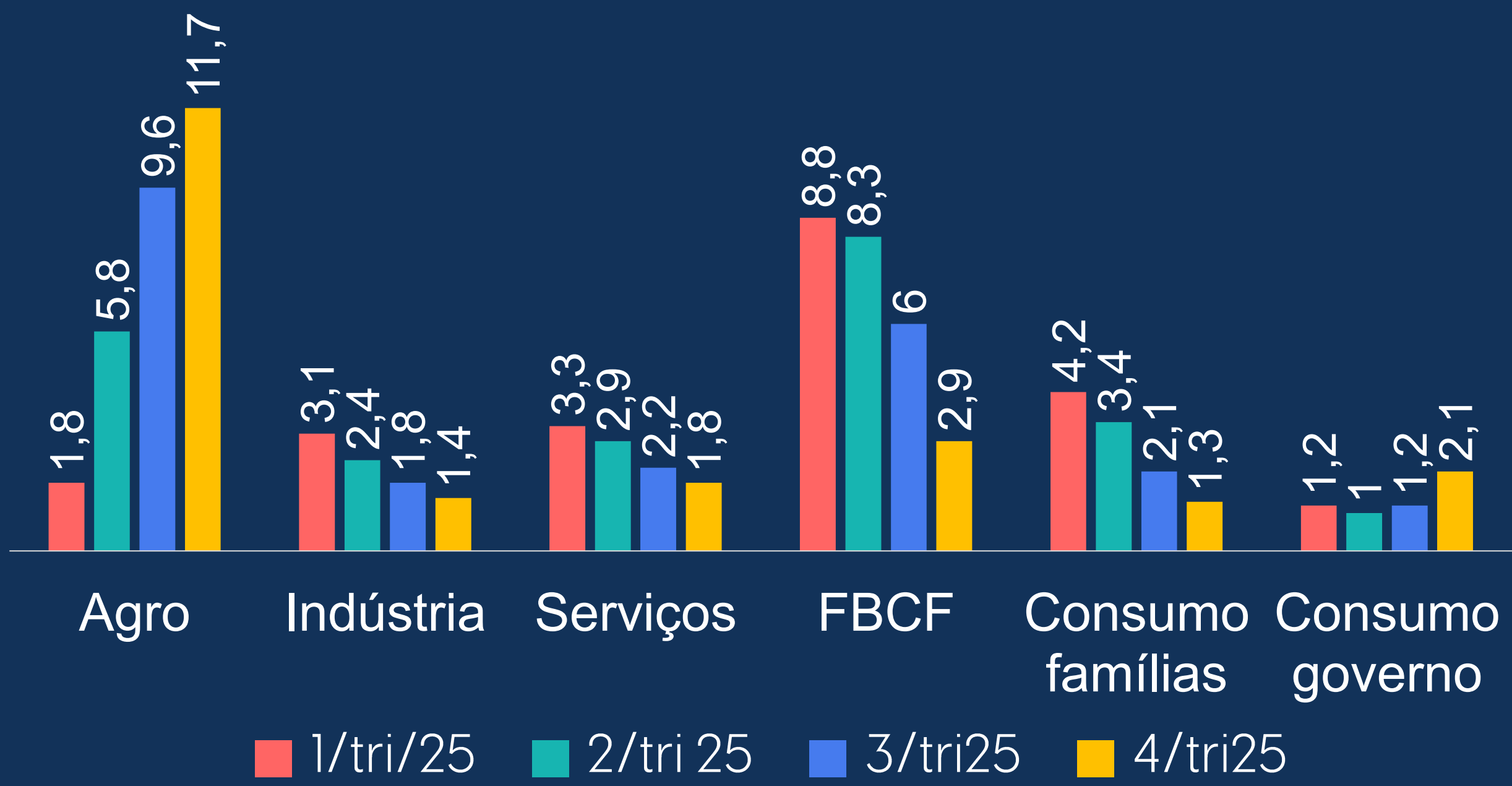
Cenário Interno

Brasil – Atividade Econômica

Variação em relação ao trimestre anterior
(%)



Taxa acumulada em 4 trimestres -
oferta e demanda (%)



Cenário Interno

Brasil – Política Monetária

O Comitê de Política Monetária decidiu, na reunião de março, reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano, dando início a um processo de calibração gradual da política monetária. A decisão ocorre em meio a um ambiente de elevada incerteza, marcado pelo impacto prolongado da política contracionista e pela necessidade de ajustar o ritmo dos estímulos de forma prudente. O Copom avalia que os efeitos dos juros altos já se refletem na desaceleração da atividade, criando espaço para ajustes moderados conforme evolui o cenário doméstico e internacional.

Segundo o Comitê, o ambiente externo ficou mais volátil devido ao agravamento dos conflitos no Oriente Médio, o que elevou a aversão ao risco e pressionou preços de *commodities* e ativos financeiros. Internamente, a atividade segue perdendo fôlego, embora o mercado de trabalho permaneça resiliente. A inflação cheia e os núcleos continuam arrefecendo, mas ainda acima da meta, reforçando a necessidade de vigilância.

As expectativas de inflação para 2026 e 2027 seguem acima da meta, situadas em 4,1% e 3,8%, enquanto a projeção do Banco Central para o terceiro trimestre de 2027 recua para 3,3%, indicando um processo de convergência ainda lento no cenário atual. O Comitê destacou que os riscos inflacionários aumentaram tanto pelo lado de alta, como a possível desancoragem das expectativas e a persistência da inflação de serviços, quanto pelo lado de baixa, diante da chance de uma desaceleração doméstica mais intensa ou de uma queda adicional nos preços das *commodities*.

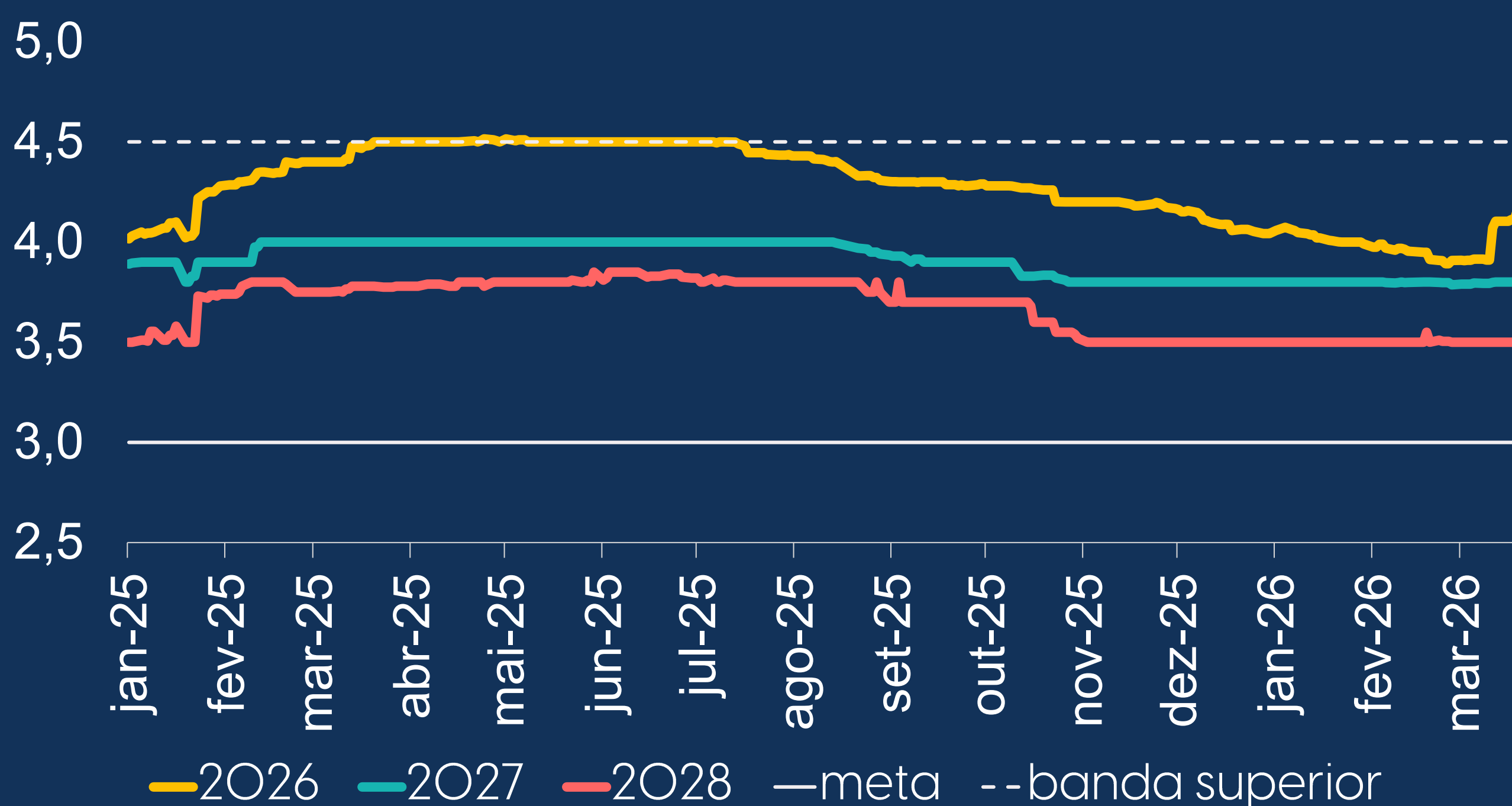
O Banco Central afirma que a redução da Selic é compatível com a convergência da inflação e ajuda a suavizar oscilações da atividade. Reitera, porém, que seguirá atuando com cautela, dado que os próximos passos dependerão da evolução dos conflitos no Oriente Médio e de seus impactos diretos e indiretos sobre preços, expectativas e condições financeiras.



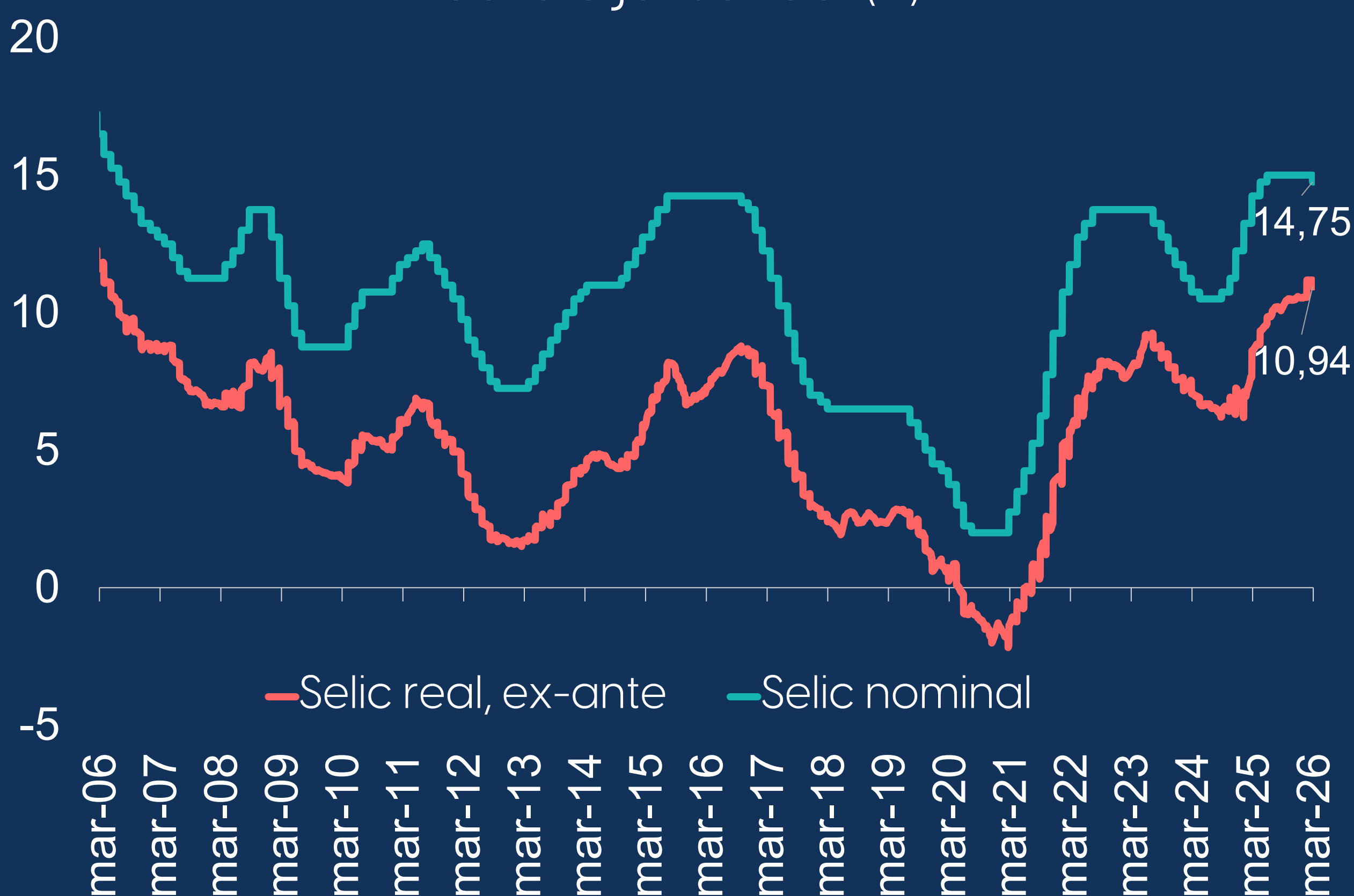
Cenário Interno

Brasil – Política monetária

Expectativas de IPCA de 2026, 2027 e 2028 do Focus em relação à meta (%)



Selic e juros real (%)



Cenário Externo

Conflito Oriente Médio e impactos

O conflito no Oriente Médio tem provocado forte instabilidade econômica global, especialmente devido às interrupções no Estreito de Ormuz, rota essencial para o comércio mundial de petróleo e gás. A escalada militar reduziu o fluxo de navios e elevou os preços internacionais do petróleo, gerando aumento nos custos de frete, seguros e combustíveis, com impactos diretos sobre cadeias logísticas e o custo de vida em vários países.

O choque de oferta resultante da instabilidade elevou preços de energia, diesel e gás natural, especialmente na Europa, região altamente dependente de importações energéticas. O petróleo registrou forte alta, enquanto a volatilidade dos derivados pressionou custos industriais, agrícolas e de transporte. Como consequência, diversos países enfrentam aceleração inflacionária, juros mais altos, caracterizando um ambiente econômico global de maior aversão ao risco.

Segundo a OCDE, embora ainda seja cedo para mensurar todos os efeitos, o conflito já adiciona um risco negativo relevante ao crescimento global. A projeção para 2026 caiu de 3,2% para 2,9%, refletindo pressões inflacionárias, desaceleração do comércio e maior custo energético. A incerteza sobre a duração e intensidade dos ataques também aumenta a imprevisibilidade dos mercados e reduz a confiança dos investidores.

Para países exportadores de petróleo, como o Brasil, alguns efeitos podem ser positivos no curto prazo, com projeções de aumento no PIB devido à valorização das *commodities* energéticas. No entanto, o país também enfrenta a alta dos preços de fertilizantes e insumos agrícolas, que dependem do fluxo comercial pelo Estreito de Ormuz. Assim, mesmo com possíveis ganhos em exportações, o impacto global permanece predominantemente inflacionário.



Cenário Externo

Política monetária

A escalada do conflito no Oriente Médio adicionou incerteza ao cenário global, sobretudo pelo impacto sobre petróleo e energia, mas seus efeitos sobre a política monetária variaram entre as principais economias. Na maioria dos casos, os bancos centrais mantiveram trajetórias já previstas antes da crise, enquanto a guerra serviu mais como fator adicional de cautela do que como determinante das decisões.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed) manteve a taxa básica no intervalo de 3,50% - 3,75%, decisão que já era amplamente esperada em função da inflação ainda acima da meta e da desaceleração da atividade. A guerra, porém, reforçou o discurso de prudência, com o Fed destacando que os impactos sobre petróleo e preços permanecem incertos, o que pode reduzir o espaço para cortes ao longo do ano. Na Zona do Euro, o BCE também manteve sua taxa inalterada em 2%, movimento já previsto pelo mercado, mas reconheceu que o choque energético decorrente do conflito eleva os riscos de inflação no curto prazo e exige monitoramento mais atento dos preços de energia. No Reino Unido, o Banco da Inglaterra seguiu linha semelhante, mantendo juros estáveis e apontando que o conflito pode pressionar custos de energia e retardar a convergência da inflação para a meta.

A Austrália representa um caso distinto. O RBA elevou a taxa básica para 4,10%, segunda alta consecutiva. Embora o conflito tenha intensificado pressões sobre combustíveis, a própria autoridade monetária afirmou que a decisão decorreu principalmente de fatores domésticos, com a inflação já acima do desejado antes da crise. A guerra, portanto, agravou o ambiente, mas não determinou o aumento.

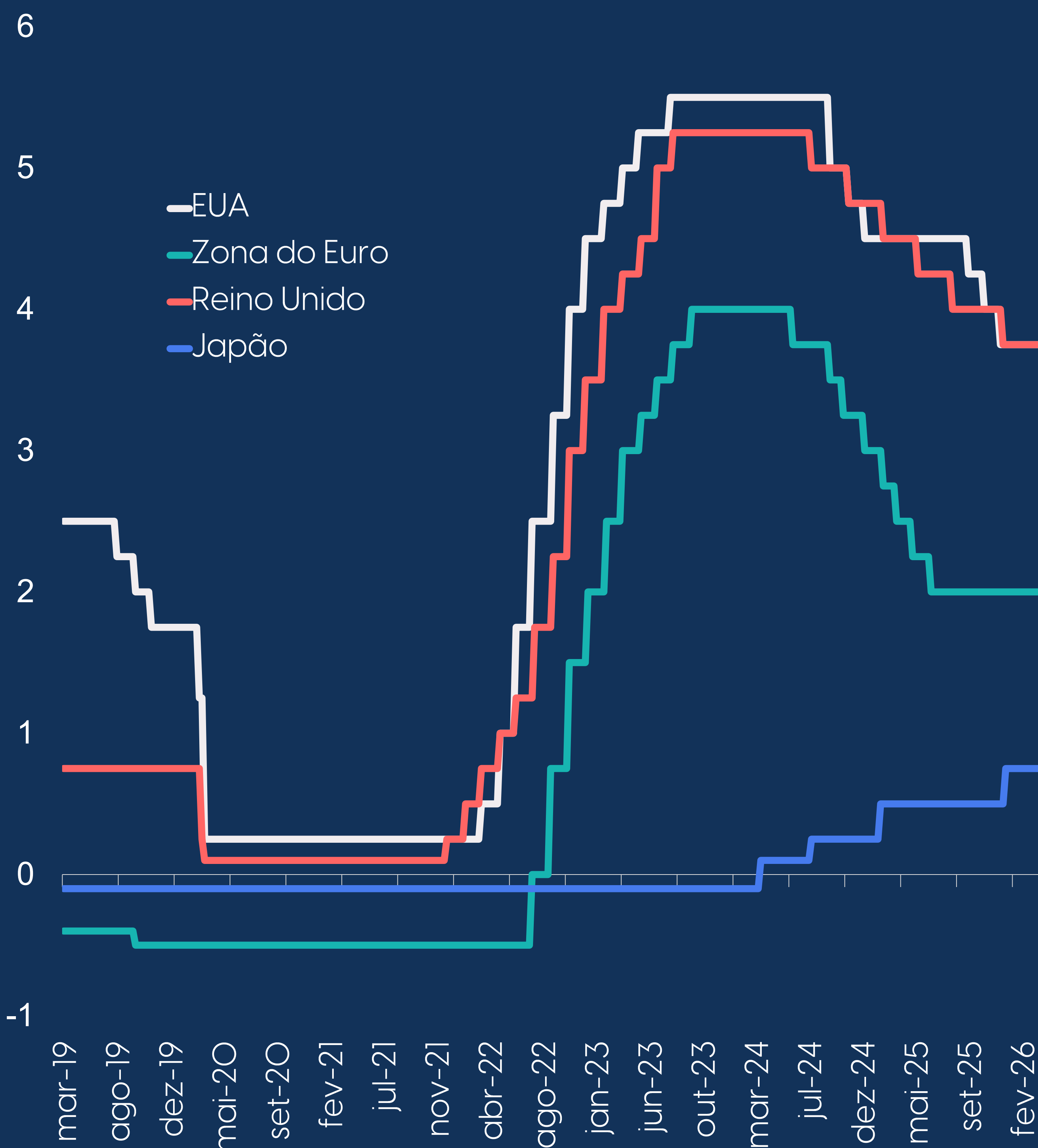
Em conjunto, as principais autoridades monetárias mantêm postura cautelosa com a maior parte das decisões refletindo tendências já existentes, enquanto o conflito atua como risco adicional que pode atrasar cortes de juros e manter a política monetária global em compasso de espera.



Cenário Externo

Política monetária

Taxa básica de juros (%)



Cenário Externo

Inflação global

A dinâmica recente dos preços internacionais da energia passou a influenciar mais diretamente os índices de inflação das principais economias, já que o conflito no Oriente Médio aumentou a volatilidade no mercado de petróleo. Estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que um avanço de 10% no preço do barril pode elevar a inflação global em cerca de 40 pontos-base, reforçando a sensibilidade das economias a choques energéticos e levando a projeções mais cautelosas.

Nos Estados Unidos, os custos de energia têm pressionado os preços ao consumidor. Em fevereiro, a inflação anual chegou a 2,4% e o núcleo a 2,5%, impulsionados pela alta da gasolina, que encarece o transporte e várias cadeias produtivas. Mesmo com forte produção doméstica, o encarecimento externo influencia expectativas e custos, aumentando o risco de persistência inflacionária e exigindo prudência da política monetária.

Na Europa, a dependência de gás natural importado torna o cenário mais delicado, com grande exposição à volatilidade dos preços futuros. A inflação da Zona do Euro alcançou 1,9% a.a em fevereiro, com vários países perto ou acima de 2%. Como energia pesa no consumo residencial e nos custos industriais, o BCE voltou a tratar os riscos energéticos como centrais em suas decisões de juros.

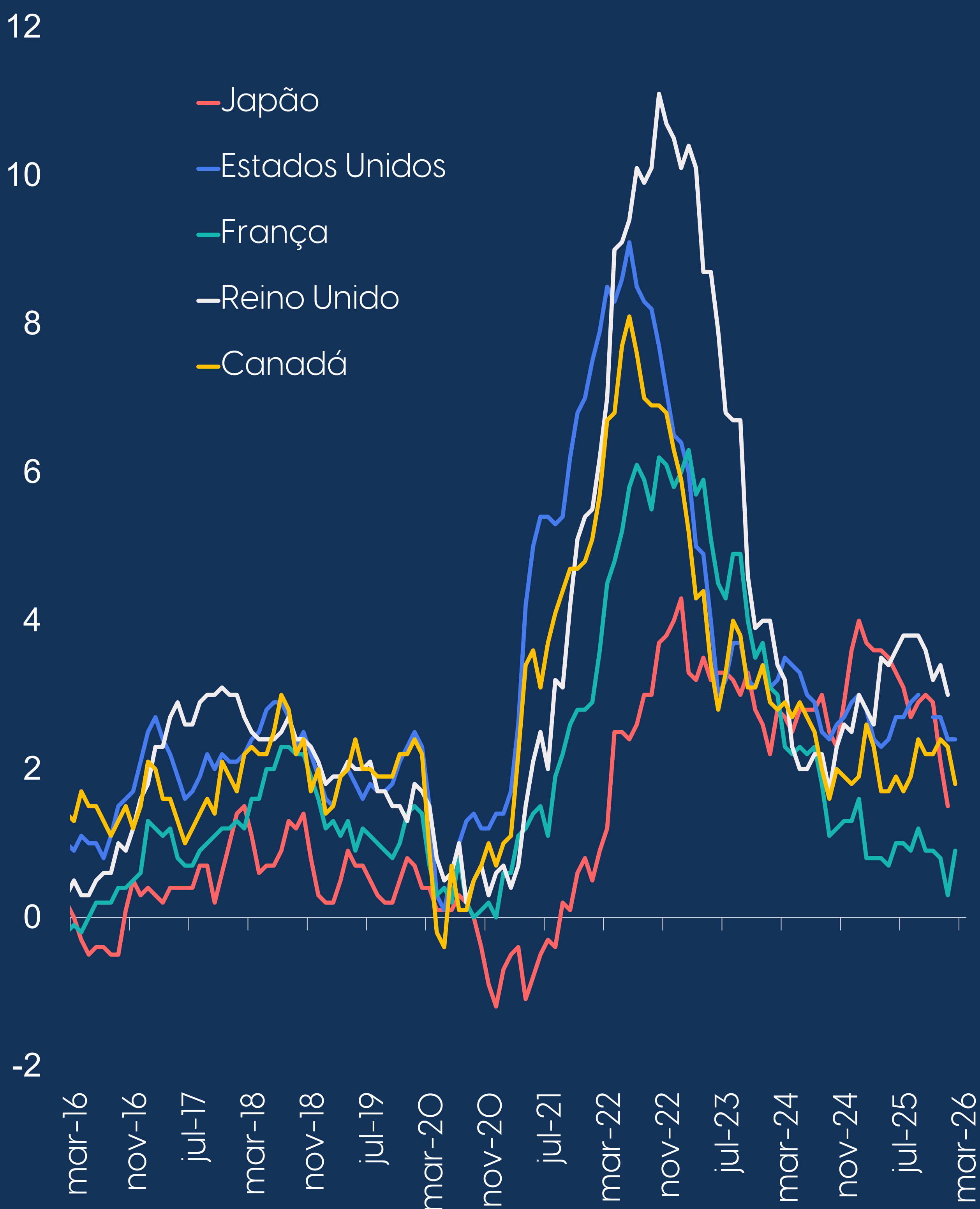
No Leste Asiático, o impacto do choque energético aparece mais como risco do que aceleração imediata da inflação. O Japão mantém inflação anual próxima de 1,5% e a Coreia do Sul em torno de 2%, mas ambos seguem vulneráveis por dependerem de energia importada. Choques prolongados no petróleo tendem a pressionar economias mais dependentes, elevando incertezas e o risco de repasses futuros.



Cenário Externo

Inflação global

Inflação - Países avançados (%)



Cenário Externo

Câmbio

A intensificação da guerra elevou a busca global por ativos de proteção, fortalecendo o dólar e ampliando sua valorização frente a diversas moedas. A volatilidade no mercado de energia e o risco de interrupções no Estreito de Ormuz aumentaram a aversão ao risco. Isso redirecionou fluxos para ativos mais seguros.

Com o petróleo em torno de US\$ 100, moedas de países dependentes de energia importada se enfraqueceram. Os preços elevados e a incerteza geopolítica levaram investidores a rever posições cambiais. A preferência passou a ser liquidez e segurança. Essa mudança mostra uma recomposição geral dos portfólios.

A queda simultânea das bolsas europeias e asiáticas intensificou a busca por proteção, em um ambiente já marcado por forte instabilidade. Esse cenário elevou os custos de financiamento internacional e ampliou a pressão cambial sobretudo sobre as economias mais vulneráveis. O episódio evidenciou como tensões geopolíticas afetam rapidamente expectativas cambiais. No Leste Asiático, a pressão cambial ficou mais intensa. O iene perdeu força diante da preferência por ativos americanos mais líquidos. Na Coreia do Sul, quedas nos mercados acionários refletiram preocupações com custos logísticos e energéticos. Esse cenário contribuiu para a depreciação das moedas locais.

Adiante, o comportamento das moedas dependerá dos desdobramentos da guerra e do impacto sobre o petróleo. Países exportadores tendem a se beneficiar com termos de troca melhores, favorecendo suas moedas. Já economias dependentes de importação de energia enfrentam pressões inflacionárias e cambiais adicionais. Assim, o dólar segue como principal termômetro do risco global.



Cenário Externo

Câmbio

Dólar ante principais moedas
(01/03/2026 - 23/03/2026) %



Top 5 do Prisma Fiscal



Em meados de 2025, a Previ passou a integrar o Prisma Fiscal, pesquisa conduzida pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, que reúne as projeções de dezenas de instituições do mercado, como bancos, corretoras e consultorias, para os principais indicadores da política fiscal brasileira.

Em menos de um ano de participação, a Previ se destacou no ranking nacional, figurando entre as instituições com maior precisão nas projeções da Despesa Total do Governo Central, no Pódio de Curto Prazo. O resultado considera o menor erro de previsão no intervalo de agosto de 2025 a janeiro de 2026 e evidencia a robustez técnica, a qualidade dos modelos de previsão e a capacidade analítica das equipes da Previ, que conseguem antecipar movimentos relevantes mesmo em ambientes incertos.

A participação no pódio do Prisma Fiscal reforça a importância do grau de precisão das previsões macroeconômicas para a gestão eficiente dos recursos administrados pela Entidade. Projeções mais precisas de variáveis como política fiscal, inflação, juros e atividade econômica contribuem para decisões de investimento mais bem fundamentadas, aprimorando a alocação de ativos e a gestão de riscos. Para os participantes dos planos da Previ, isso se traduz em maior consistência na busca por retornos sustentáveis, fortalecimento da gestão de riscos e mais segurança na condução das estratégias de investimento no longo prazo.



Indicadores



	Fevereiro	2026**	12 meses	24 meses	36 Meses
CDI*	1,00%	3,08%	14,51%	27,25%	43,46%
IMA-G*	1,18%	2,67%	15,17%	22,35%	39,59%
IFIX*	1,32%	2,30%	25,32%	16,43%	39,30%
MSCI World Index + Ptax*	0,74%	-7,96%	7,18%	43,44%	68,74%
IBOVESPA*	4,09%	12,91%	53,74%	46,32%	79,91%
IHFA*	1,33%	-0,01%	18,31%	26,58%	36,81%
* Acesse as definições dos indicadores no glossário					
** Atualizado até 23.03.2026					

Análise Segmentos

Renda fixa e Renda Variável

Renda Fixa: Os principais índices de renda fixa registram desempenho misto em março. Até o dia 23, o IMA-B5, que acompanha títulos públicos atrelados ao IPCA com vencimentos de até cinco anos, acumula alta de 0,62% no mês e de 11,62% em 12 meses. Já o IMA-B5+, que reflete os títulos indexados à inflação com prazos superiores a cinco anos, recuou 1,27% no período e mantém valorização de 12,43% nos últimos 12 meses. O índice IRF-M, representativo dos títulos prefixados, cai 0,89% em março e acumula ganho de 15,38% em 12 meses. Por sua vez, o IMA-S, composto por papéis pós-fixados atrelados à taxa Selic e que acompanha a dinâmica da política monetária, apresenta alta de 0,93% no mês e retorno de 14,97% em 12 meses.

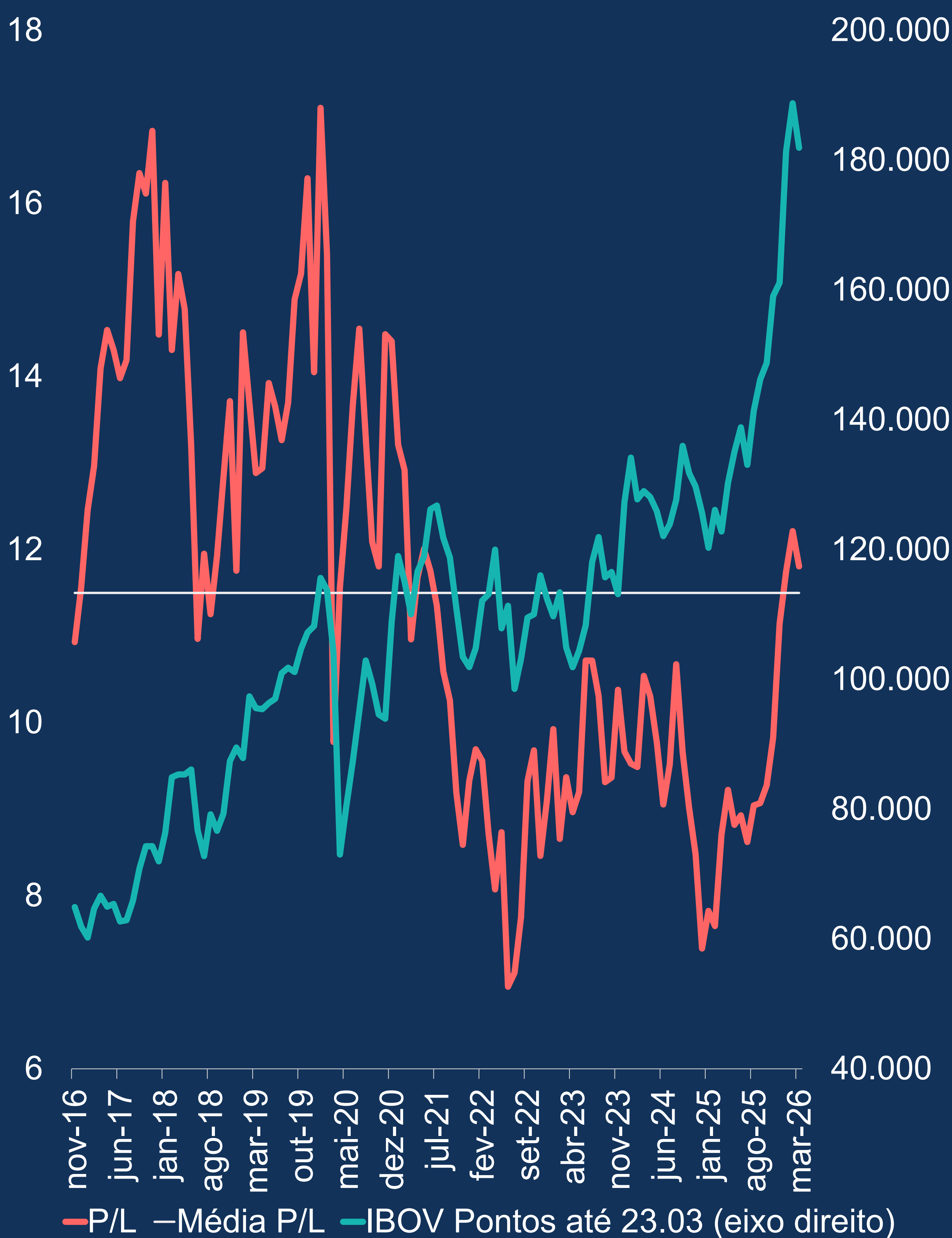
Renda Variável: O Ibovespa registrou alta de aproximadamente 4,1% em fevereiro, encerrando o mês próximo dos 189 mil pontos, após renovar máximas históricas ao longo do período. O desempenho positivo foi sustentado, principalmente, pelo forte fluxo de capital estrangeiro, com investidores internacionais aportando mais de R\$ 15 bilhões na B3. Em contrapartida, em março, até o dia 23, o Ibovespa acumulou queda de 3,63%, refletindo principalmente uma correção técnica após as máximas históricas atingidas em fevereiro. O movimento também foi influenciado pela maior aversão ao risco no cenário externo, com tensões geopolíticas elevando a volatilidade dos mercados, além de dúvidas quanto à intensidade e ao ritmo dos cortes de juros no Brasil, após a divulgação de dados de inflação mais pressionados. Ainda assim, esse recuo não altera a tendência positiva do índice no acumulado do ano.

[Clique](#) e saiba mais do resultado na
Carta do Gestor

Análise Segmentos

Ibovespa

Ibovespa - Relação preço/lucro em 12 meses e Ibovespa em pontos



Cenário Interno

Boletim Focus

O Relatório de Expectativas Focus de 20/O3 mostrou uma dinâmica mais negativa para inflação e juros em 2026, enquanto as projeções de crescimento do PIB tiveram leve alta. Para 2026, a estimativa de expansão passou de 1,82% para 1,84%, e a de 2027 permaneceu em 1,80%. A estabilidade das expectativas em níveis moderados indica uma atividade ainda resiliente, mas sem sinais de aceleração mais robusta.

As projeções para o IPCA seguem desancoradas em relação às metas de inflação e voltaram a registrar alta, refletindo principalmente o avanço dos preços da energia fóssil. Para 2026, a estimativa subiu para 4,17%, após ter alcançado 3,91% quatro semanas atrás, permanecendo abaixo do teto da meta. Em 2027, houve estabilidade em torno de 3,80%. A manutenção dessas projeções no horizonte relevante indica persistência inflacionária, especialmente associada à dinâmica de preços do setor de serviços.

No âmbito da política monetária, a mediana das expectativas para a taxa Selic ao final de 2026 avançou de 12,13% para 12,50%. Para 2027, a projeção permaneceu em 10,50%, sinalizando a expectativa de uma postura gradualista por parte do Banco Central. A combinação de inflação ainda resistente, instabilidade no cenário global e incertezas fiscais limita o espaço para um afrouxamento monetário mais rápido, exigindo cautela na condução da política econômica.

No câmbio, observou-se relativa estabilidade, ainda que com viés baixista. Para 2026, a expectativa é de uma taxa de câmbio em R\$ 5,40, enquanto para 2027 projeta-se R\$ 5,45, indicando percepção de menor volatilidade no mercado de dólar. Em conjunto, os dados reforçam a complexidade do atual momento econômico. O país enfrenta o desafio de calibrar adequadamente estímulos à atividade com a manutenção da disciplina fiscal, de modo a preservar uma trajetória sustentável de crescimento.



Previsões Mercado



PIB		Há 4 semanas impacto	20/O3/2026	variação	
2026	(% a.a.)	1,82	1,84		
2027	(% a.a.)	1,80	1,80		

CÂMBIO		Há 4 semanas impacto	20/O3/2026	variação	
2026	(R\$/US\$.)	5,45	5,40		
2027	(R\$/US\$.)	5,50	5,45		

IPCA		Há 4 semanas impacto	20/O3/2026	variação	
2026	(% a.a.)	3,91	4,17		
2027	(% a.a.)	3,80	3,80		

SELIC		Há 4 semanas impacto	20/O3/2026	variação	
2026	(% a.a.)	12,13	12,50		
2027	(% a.a.)	10,50	10,50		

Glossário

BCE: sigla para Banco Central Europeu, responsável por definir e executar a política monetária para manter a estabilidade de preços

Benchmark: índice ou taxa utilizados como parâmetro na medida da performance de um ativo ou carteira mobiliária e imobiliária.

CDI: sigla para certificado de depósito interbancário. É um título de curto prazo emitido pelos bancos para regularizar o fluxo de caixa entre eles. Tem vinculação direta com a taxa Selic.

ETTJ: sigla para Estrutura a Termo da Taxa de Juros. Utilizada para avaliar e representar graficamente a evolução da taxa de juros em diferentes vencimentos. Em outras palavras, reflete a expectativa dos rendimentos médios dos títulos públicos com base em contratos futuros de juros (ou DI).

Fed: sigla para Federal Reserve é o banco central dos Estados Unidos, responsável por conduzir a política monetária, regular o sistema financeiro e promover estabilidade econômica.

Ibovespa: é o principal índice referente a bolsa de valores brasileira. O índice é calculado com base no desempenho das ações das empresas com os maiores volumes financeiros negociados.

IFIX: representa uma carteira teórica com os principais fundos imobiliários negociados no mercado.

IHFA: é uma referência para a indústria de hedge funds. No Brasil, esses produtos se assemelham aos fundos multimercado de gestão ativa, com aplicações em diversos segmentos do mercado e várias estratégias de investimento.

IMA-G: formado por todos os títulos que compõem a dívida pública.

IMA-B 5: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional– Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento de até cinco anos.

Glossário

IMA-B 5+: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional– Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento igual ou acima de cinco anos.

IMA-S: formado por títulos pós-fixados atrelados à taxa básica de juros (Selic), que são as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro Selic).

MSCI World Index: representa o desempenho das ações de empresas de médio e grande porte em diversos países.

OCDE: sigla para Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, uma entidade internacional que reúne países comprometidos com democracia e economia de mercado para promover desenvolvimento econômico e social.

PTAX: é a taxa média do dólar norte-americano, calculada com base nas operações realizadas pelos bancos no mercado de câmbio e divulgada diariamente pelo Banco Central.

RBA: sigla para Reserve Bank of Australia. banco central da Austrália, responsável por conduzir a política monetária, manter a estabilidade financeira e emitir o dólar australiano. Seu mandato inclui estabilidade de preços, pleno emprego e prosperidade econômica.

Fonte: Anbima (IHFA, IMA-G, IMA-B 5, IMA-B 5+, IMA-S)



Nos ajude a melhorar,
escaneie o qr code abaixo
e avalie o Boletim Cenários
Econômicos.



Previ

Disclaimer

O presente boletim, de caráter informativo, foi produzido com base em dados publicamente divulgados. A Previ não declara, tampouco garante, de forma expressa ou tácita, que tais dados sejam imparciais, precisos, completos ou corretos. Cenários, análises, projeções, prognósticos e estimativas com base em tais dados estão sujeitos a riscos e incertezas e podem ser, ainda, e a qualquer momento, prejudicados, desconsiderados e descartados, até mesmo como decorrência, por exemplo, de mudanças na conjuntura nacional e/ou internacional, divergências nos critérios e métodos interpretativos e/ou nos fatores de riscos sistêmicos e/ou associados a alterações geopolíticas, políticas, econômicas, sociais, legislativas ou regulatórias.

Este boletim não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado como indicação, orientação, recomendação ou fonte para tomada de decisões. Compete a cada leitor realizar pesquisas, estudos e análises devidas. Qualquer eventual decisão ou ação é de sua exclusiva responsabilidade, não podendo a Previ, em nenhuma hipótese, ser de qualquer forma responsabilizada, inclusive, por qualquer perda ou dano, direto ou indireto. A Previ não assume qualquer compromisso ou obrigação, inclusive de revisar, atualizar ou complementar este boletim. A reprodução, divulgação, distribuição ou compartilhamento não expressamente autorizado deste boletim, ou de qualquer parte dele, sujeitará o infrator às penalidades .

